

SANATORIO NAVAL DE NOVA FRIBURGO

Termo de Referência 55/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2026	765706-SANATORIO NAVAL DE NOVA FRIBURGO	FABIO DA ROSA SILVA	17/06/2026 14:32 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63069.001722/2026-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63069.001722/2026-54)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para reabastecimento de estoque do paiol, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	QTD	UF	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	628636	24	UN	APONTADOR LÁPIS MATERIAL: ACRÍLICO TIPO: ESCOLAR COR: VARIADA TAMANHO: MÉDIO	R\$ 1,88	R\$ 45,12
2	394526	48	PACOTE 4 BLOCO	PAPEL RECADO AUTO-ADESIVO MATERIAL: CELULOSE VEGETAL ACRÍLICA COM ADESIVO GRAMATURA: 90 G/M2 COMPRIMENTO: 50 MM LARGURA: 38 MM COR: AMARELO	R\$ 7,75	R\$ 372,00
3	462280	12	UN	CALCULADORA ELETRÔNICA NÚMERO DÍGITOS: 12 UN TIPO: MESA (4 OPERAÇÕES BÁSICAS) FONTE ALIMENTAÇÃO: PILHA AA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR LCD COM INCLINAÇÃO, CÁLCULO DE PORCENTAGEM E	R\$ 31,87	R\$ 382,44
4	324235	10	PACOTE 12UN	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA DIÂMETRO: 50 MM COMPRIMENTO: 400 MM COR: PRETA QUANTIDADE FOLHAS: 450 UN	R\$ 30,25	R\$ 302,50
5	414217	30	UN	DISPLAY PORTA FOLHA A4 EM ACRÍLICO TRANSPARENTE PARA PAREDE VERTICAL 31,2X23,5CM (ALTURA X LARGURA) ACRÍLICO CRISTAL TIPO: FACE ÚNICA, FITA DUPLA-FACE PARA FIXAÇÃO EM PAREDE 3MM	R\$ 27,66	R\$ 829,80
6	623142	20	UN	ORGANIZADOR DE ESCRITÓRIO TRIPLO, HORIZONTAL, CRISTAL, FIXAÇÃO NA PAREDE	R\$ 77,30	R\$ 1.546,00

7	330539	24	UN	TESOURA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MATERIAL CABO: PLÁSTICO COMPRIMENTO: 25 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA DE CORTE DE 10 CENTÍMETROS	R\$ 18,18	R\$ 436,32
8	477471	50	UN	CARIMBO MATERIAL COR PRETO CORPO: PLÁSTICO MATERIAL CABO: PLÁSTICO MATERIAL BASE: PLÁSTICO COMPRIMENTO: 13 MM LARGURA: 37 MM TIPO: AUTOMÁTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: MODELO 4911/4912	R\$ 25,95	R\$ 1.297,50
9	616974	40	ROLO 1000UN	ETIQUETA ETIQUETAS COUCHE ADESIVO 100MM X 50MM, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO PARA IMPRESSORA TÉRMICA, APRESENTAÇÃO ROLO 1 COLUNA COM 1000 UNIDADES	R\$ 69,98	R\$ 2.799,20
10	310507	600	FRASCO 1 LITRO	ÁGUA SANITÁRIA COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO COR: INCOLOR APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TIPO: COMUM	R\$ 3,26	R\$ 1.956,00
11	346632	150	LITRO	ÁLCOOL ETÍLICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL TEOR ALCOÓLICO: 95,1 A 96°GL FÓRMULA QUÍMICA: C2H5OH PESO MOLECULAR: 46,07 G /MOL GRAU DE PUREZA: 92,6% A 93,8% P/P INPM CARACTERÍSTICA ADICIONAL: HIDRATADO NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 64-17-5	R\$ 9,47	R\$ 1.420,50
12	630571	6	UN	CARRINHO MOP DE LIMPEZA BALDE 20 LITROS ESPREMEDOR CARRO ESFREGÃO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CABO TELESCÓPICO 1,16M - RODAS 360° PARA FÁCIL LOCOMOÇÃO - MATERIAL: POLIPROPILENO SUPER RESISTENTE - ESPREMEDOR ACOPLADO - CAPACIDADE: 20 LITROS - SISTEMA 2 ÁGUAS, CONTEÚDO DO KIT: - 1 BALDE ESPREMEDOR COM RODINHAS DE 20 LITROS - 1 MOP AGUA LOOP 340G - 1 SUPORTE PARA MOP AGUA - 1 CABO REATRÁTIL EM ALUMÍNIO 1,16M DIMENSÕES DO BALDE: - COMPRIMENTO: 40 CM - ALTURA: 39 CM - LARGURA: 27 CM SILMILAR PERFECT PRO CONDOR	R\$ 458,12	R\$ 2.748,72
13	339680	60	PACOTE 50UN	COLHER DESCARTÁVEL MATERIAL: PLÁSTICO COR: BRANCA APLICAÇÃO: REFEIÇÃO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE, TAMANHO ADULTO	R\$ 5,54	R\$ 332,40
14	304509	60	PACOTE 50UN	TALHER DESCARTÁVEL MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: GARFO APLICAÇÃO: REFEIÇÃO COR: BRANCA	R\$ 5,50	R\$ 330,00
15	372768	200	PACOTE 10UN	PRATO MATERIAL: PLÁSTICO APLICAÇÃO: REFEIÇÃO DIÂMETRO: 21 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL	R\$ 5,41	R\$ 1.082,00
16	461158	24	FRASCO 200ML	PROTETOR SOLAR TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB FATOR PROTEÇÃO: FATOR 50 FORMA FARMACÊUTICA: LOÇÃO CREMOSA ADICIONAL: ISENTO DE ÓLEO	R\$ 36,87	R\$ 884,88
17	612765	60	ROLO 100 METROS	FILME PLÁSTICO TIPO: RETRÁTIL E ENCOLHÍVEL LARGURA: 28 CM APLICAÇÃO: EMPACOTAMENTO MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA COMPRIMENTO: 300 M CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE	R\$ 24,43	R\$ 1.465,80
18	416699	80	PACOTE 2 ROLO	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: CELULOSE (100% FIBRAS NATURAIS) TIPO FOLHA: DUPLA COMPRIMENTO: 22 CM LARGURA: 20 CM COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTO GRAU DE ABSORÇÃO APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL. ROLO COM 60 TOALHAS	R\$ 5,16	R\$ 412,80
				DESINCRUSTANTE COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDOS, SEQUESTRANTES E UMECTANTES TIPO: LIMPEZA		

19	449762	12	GALÃO 5 LITRO	PESADA TEOR ACIDEZ: 12,5 A 13,5 PH ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO PRINCÍPIO ATIVO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO SIMILAR POWER CLEAN QUIMINAC	R\$ 149,75	R\$ 1.797,00
20	413461	72	FRASCO 500ML	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO COMPOSIÇÃO BÁSICA: SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ALCALI ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL	R\$ 4,95	R\$ 356,40
21	366698	48	UN	LUVA BORRACHA MATERIAL: LÁTEX TAMANHO: GRANDE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA, ANTIDERRAPANTE TIPO: CANO LONGO	R\$ 9,28	R\$ 445,44
22	635615	36	GALÃO 5 LITRO	SABONETE LÍQUIDO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO ACIDEZ: 6,0 E 7,8 APLICAÇÃO: LAVAGEM DE MÃOS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AROMA DE ERVA DOCE COMPOSIÇÃO: GLICERINA, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COCAMIDOP	R\$ 29,45	R\$ 1.060,20
23	636994	1000	PACOTE 1KG	SABÃO PÓ ASPECTO FÍSICO: PÓ COMPOSIÇÃO: INGREDIENTES ATIVOS CONCENTRADOS, BIODEGRADÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FOSFATOS, TRIPLAÇÃO E INÓCUO À PELE.	R\$ 8,09	R\$ 8.090,00
24	376404	24	KG	HIDRÓXIDO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: ESCAMAS ESBRANQUIÇADAS, ALTAMENTE HIGROSCÓPICO PESO MOLECULAR: 40 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: NAOH GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 95% CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SODA CÁUSTICA COMERCIAL NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1310-73-2	R\$ 24,77	R\$ 594,48
25	446269	48	UN	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PÊLO SINTÉTICO MATERIAL CEPA: POLIPROPILENO COMPRIMENTO CEPA: 40 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA DIÂMETRO CEPA: 25 MM	R\$ 25,90	R\$ 1.243,20
26	381531	36	UN	BALDE MATERIAL: PLÁSTICO MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO CAPACIDADE: 10 L COR: PRETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇO FUNDO E BORDA	R\$ 19,60	R\$ 705,60
27	251742	10	UN	PORTA-PAPEL HIGIÊNICO MATERIAL: METAL CROMADO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA ROLO DE 30 A 40 M TIPO: SIMPLES INSTALAÇÃO: FIXO SOBREPOSTO NA PAREDE HASTE: DE METAL CROMADO COM TAMPA	R\$ 38,73	R\$ 387,30
28	419859	24	EMBALAGEM 4UN	PILHA TAMANHO: PEQUENA MODELO: AA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA TENSÃO NOMINAL: 1,5 V	R\$ 12,16	R\$ 291,84
29	419860	24	EMBALAGEM 4UN	PILHA TAMANHO: PALITO MODELO: AAA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA TENSÃO NOMINAL: 1,5 V	R\$ 8,10	R\$ 194,40
30	600700	12	ROLO 200MT	FITA SINALIZAÇÃO MATERIAL: POLIPROPILENO COMPRIMENTO: 200 M LARGURA: 7 CM COR: PRETA E AMARELA APLICAÇÃO: DEMARCAÇÃO E ISOLAMENTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ADESIVOS	R\$ 18,10	R\$ 217,20
31	241711	10	UN	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL COR: PRETA ALTURA: 10 CM DIÂMETRO: 16 CM MATERIAL CABO: MADEIRA COMPRIMENTO CABO: 60 CM	R\$ 14,43	R\$ 144,30
32	388521	5	UN	GÁS MAPP PARA MAÇARICO PORTÁTIL EMBALAGEM 400G	R\$ 43,80	R\$ 219,00
				MAÇARICO CORTE TIPO GÁS: OXIGÊNIO E ACETILENO TEMPERATURA CHAMA: ATÉ 3.100 °C APLICAÇÃO:		

33	457478	2	UN	MAÇARICOS DE CORTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BICO DE CORTE N° 08	R\$ 462,18	R\$ 924,36
34	374543	24	FRASCO 1LT	ALGICIDA 2X1 CHOQUE/MANUTENÇÃO USO: TRATAMENTO DE ÁGUA DE PISCINA	R\$ 25,50	R\$ 612,00
35	289267	2	UN	ESCOVA LIMPEZA GERAL MATERIAL CERDAS: NÁILON CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO RETA, CORPO EM ABS MEDIDAS ALT X LARG (MM) 150 X 300 APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISCINA	R\$ 35,59	R\$ 71,18
36	483828	2	UN	ESCOVA LIMPEZA GERAL MATERIAL CERDAS: NÁILON CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO CURVA, CORPO EM ABS ESPESSURA MÉDIA DIMENSÕES (A x L): 130 x 400 MM APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISCINA	R\$ 38,85	R\$ 77,70
37	622679	2	UN	PENEIRA MATERIAL: PLÁSTICO/NYLON APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISCINA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIMENSÕES, LARGURA; 25 CM, ALTURA: 30 CM	R\$ 43,45	R\$ 86,90
38	627249	2	UN	MANGUEIRA MATERIAL: SILICONE DIÂMETRO INTERNO: 1,1/2 POL COMPRIMENTO: 50 M APLICAÇÃO: PISCINA	R\$ 623,50	R\$ 1.247,00
39	610659	2	UN	CABO TELESCÓPICO MATERIAL: ALUMÍNIO COMPRIMENTO: 6 M CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM MANOPLA DE APOIO	R\$ 214,97	R\$ 429,94
40	356562	25	BALDE 10KG	BALDE DE CLORO GRANULADO PARA PISCINAS. HIPOCLORITO DE CÁLCIO NO MÍNIMO 65%; BALDE COM 10KG DE CLORO; O PRODUTO DEVERÁ TER O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, REGISTRO EM SUA AGÊNCIA REGULADORA (ANVISA), ALÉM DE CARACTERIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO MESMO, MODELO UNICLOR HIPOCLORITO DE CÁLCIO PISCINA ANVISA. SIMILAR HTH 10 KG	R\$ 412,65	R\$ 10.316,25
41	618282	30	MT	PLÁSTICO MATERIAL: PLÁSTICO TUBULAR IMPERMEÁVEL ESPESSURA: 0,40 MM TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE LARGURA: 1,40 M APLICAÇÃO: PROTEÇÃO SUPERFÍCIES E OBJETOS	R\$ 37,66	R\$ 1.129,80
42	300131	36	UN	TOALHA MESA MATERIAL: OXFORD FORMATO: RETANGULAR COMPRIMENTO: 3 M LARGURA: 1,50 M COR: AZUL MARINHO	R\$ 80,45	R\$ 2.896,20
43	300094	21	UN	TOALHA MESA MATERIAL: OXFORD FORMATO: RETANGULAR COMPRIMENTO: 3 M LARGURA: 1,50 M COR: BRANCA	R\$ 80,01	R\$ 1.680,21
TOTAL ESTIMADO					R\$ 53.861,88	

1.2. Os códigos dos itens inseridos correspondem às especificações padronizadas do catálogo de materiais do Governo Federal, podendo haver divergências com as descrições do quadro constante no subitem 1.1 deste termo. Em tal caso, será utilizada como referência apenas a especificação constante no referido quadro.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias, contados do aceite da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a

seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000172/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 22/01/2026;
- III) Id do item no PCA: 278 a 320;
- IV) Classe/Grupo: 3433, 3730, 4510, 4720, 6135, 6310, 6508, 6810, 6850, 7195, 7210, 7240, 7340, 7350, 7420, 7510, 7520, 7920, 7930, 8115, 8520, 8540, 9320, 9330, 9450; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 765706-65/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A presente contratação visa a aquisição de materiais, por meio de procedimento de dispensa de licitação, de acordo com o disposto no inciso II, do Art. 75, da Lei 14.133/2021, objetivando a continuidade do cumprimento da missão institucional desta Organização Militar, bem como o bom desempenho e efetividade na execução das atividades relacionadas ao Sanatório Naval de Nova Friburgo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
9. Que os bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
10. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
11. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
12. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não há especificação de marcas a serem indicadas pelas licitantes. Aquelas constantes na descrição dos objetos cumprem o papel de referência de qualidade, não sendo obrigatórias

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em vista a baixa complexidade dos produtos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do bem será de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Governador Geremias de Mattos Fontes, s/n – Centro, Nova Friburgo/RJ.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 53.861,88 (cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme custo unitário apostado na tabela contida no item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	765706	765706	765706
Fonte de Recursos	1000000000	1000000000	1000000000
Programa de Trabalho	216838	216838	216838
Elemento de Despesa	339030	339030	339030
Plano Interno	B406MN002C1	B406DV002C1	Z4C3SLS02C1

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nova Friburgo, RJ, na data da assinatura.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAVIO DA SILVA POUBEL

Gestor Patrimonial

VITOR DE ANDRADE MELLO GALO

Autoridade competente